

**VESTÍGIOS DE CIVILIZAÇÃO:  
O INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO E A  
CONSTRUÇÃO DA ARQUEOLOGIA IMPERIAL (1838-1870)<sup>1</sup>**

Lúcio M. Ferreira<sup>2</sup>

### **1. Introdução**

A análise histórica das ciências humanas e das idéias, no Brasil, não possui larga tradição. Tal rarefação talvez ajude a explicar a exiguidade de estudos sobre a História da Arqueologia Brasileira, notadamente no que se refere ao período oitocentista<sup>3</sup>. Com este artigo visa suprir um

---

<sup>1</sup> Devo agradecer ao Prof Pedro Paulo Abreu Funari (UNICAMP) pela dupla gentileza de ter me ofertado seus artigos (alguns inéditos) e ler a primeira versão deste ensaio. Ao Prof. Johnni Langer (UFPR), que também gentilmente me enviou seus textos. E *last but not least*, ao Prof. Francisco José Alves dos Santos (UFSE), que orientou o levantamento original de fontes desta pesquisa, além de ter sabido cultivar em mim o gosto pela História das Idéias no Brasil. Os argumentos aqui elencados, obviamente, são de minha responsabilidade.

<sup>2</sup> Formado em História pela UFSE. Entre agosto de 1996 e setembro de 1997, foi pesquisador do Projeto Arqueológico Xingó (PAX).

<sup>3</sup> São realmente poucos os textos que tratam da História da Arqueologia Brasileira. Quase todos são sínteses históricas que analisam ou descrevem a trajetória da Arqueologia no Brasil. Entre os descritivos, ver MEGGERS, Betty. "Advances in Brazilian Archaeology (1935-85)" *In American Antiquity* (50), 1985 e SOUZA, Alfredo Mendonça de. "História da Arqueologia Brasileira" *In Instituto Anchietano de Pesquisas: Antropologia*. São Leopoldo, (46), 1991. Entre os analíticos, ver PROUS, André. "História da Pesquisa e da Bibliografia Arqueológica no Brasil" *In Arqueologia Brasileira*. Brasília, Editora da UNB, 1992, FUNARI, Pedro Paulo A. "Arqueologia Brasileira: Visão Geral e Reavaliação" *In Revista de História da Arte e Arqueologia*. Campinas: UNICAMP/IFCH, (1), 1994, LANGER, Johnni. "A Esfinge Atlante do Paraná: O Imaginário de um Mito Arqueológico" *In História: Questões e Debates*. Curitiba, vol. 25, (13), 1996 e LANGER, Johnni. "Enigmas Arqueológicos e Civilizações Perdidas no Brasil Oitocentista" *In Anos 90*. Porto Alegre, (9), 1998. Ver ainda, de Funari, outros textos que enfeixam análises teóricas da Arqueologia brasileira sob uma perspectiva histórica: FUNARI, Pedro Paulo A. "Brazilian Archaeology and World Archaeology: Some Remarks" *In World Archaeological Bulletin*, (3), 1989; \_\_\_\_\_. "Archaeology in Brazil: Politics and Scholarship at a

pouco desta lacuna. Recorto aqui um período e um lugar<sup>4</sup>. Tomando como *locus* privilegiado o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)<sup>5</sup>, pretendo analisar a Arqueologia praticada no momento de estabilização do poder Imperial. Esta escolha justifica-se dada a importância do Instituto. O IHGB é uma instituição fundamental para se entender a prática das humanidades no Brasil. Foi uma das instituições centrais do Segundo Reinado: foro privilegiado de seus debates econômicos, políticos e culturais. A revista do IHGB, publicada trimestralmente desde 1839, oferece um cabedal amplo de fontes: registra suas atividades através de relatórios, suas reuniões deliberativas, propostas de temas para pesquisas, divulgação de suas cerimônias comemorativas, publicação de biografias, resenhas e fontes primárias, etc. Entretanto, a despeito de sua representatividade e de seu potencial para pesquisas, a Revista apresenta um vasto campo ainda inexplorado. Temos algumas análises sobre a questão historiográfica e a formação do Instituto. Contudo, a Revista apresenta também artigos e informações sobre Geografia, Geologia, Linguística, Arqueologia e Etnografia. Faltam-nos estudos mais meticulosos sobre estas disciplinas. Estes poderiam contribuir para o entendimento das formas de pensamento desta instituição que ocupou-se com a formulação de uma política cultural oficial<sup>6</sup> e a confecção de uma identidade

---

Crossroads” In **World Archaeological Bulletin**, (5), 1991; \_\_\_\_\_. “Mixed Features of Archaeological Theory in Brasil” In UCKO, Peter J (ed.). **Theory in Archaeology (A World Perspective)**. London, Routledge, 1995; \_\_\_\_\_. “Western Influences in the Archaeological Thought in Brasil” In **World Archaeological Congress 4**, South Africa, 1999.

<sup>4</sup> Uma história da constituição da Arqueologia brasileira no período oitocentista demanda o compulsar de variadas fontes. Dentre elas, destaco: os Arquivos do Museu Nacional (1876); as Revistas do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (1868); os Boletins do Museu Paraense Emílio Goeldi (1896); as Revistas do Museu Paulista (1895) e as Revistas do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Alagoano (1869). Pretendo analisar em um outro ensaio a Arqueologia praticada pós 1870.

<sup>5</sup> Sobre o IHGB, ver GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. “Nação e Civilização nos Trópicos: o IHGB e o projeto de uma História Nacional” In **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, FGV, (1), 1998.; RODRIGUES, José Honório. “O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro” In **A Pesquisa Histórica no Brasil**. 3 ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1978; WEHELING, Arno (org.). **Origens do IHGB: Idéias Filosóficas e Sociais e Estrutura de Poder no Segundo Reinado**. Rio de Janeiro, IHGB, 1989. Lilia M. Schwarcz escreveu também fecundas análises sobre o IHGB. Ver SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questões Raciais no Brasil, 1870-1930**. São Paulo, Companhia das Letras, 1993 e \_\_\_\_\_. **As Barbas do Imperador: D. Pedro II, Um Monarca nos Trópicos**. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

<sup>6</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As Barbas do Imperador**.

nacional<sup>7</sup>. Expressando a visão do *status quo* historiográfico, a voz da instituição histórica do Brasil à época, o IHGB articulou uma rede de conhecimentos sobre o território nacional, tornando-se ponto de observação estratégico de onde se falava e se olhava o Brasil.

Produção de um saber que exigia um grande esforço de intercruzamento de dados e métodos. Ao saber geográfico, maior conhecimento do espaço da Nação, ao que as expedições científicas viriam auxiliar. Ao saber historiográfico preocupado em resgatar a gênese da Nação, maior conhecimento dos habitantes primitivos assentados neste território, as sociedades indígenas, passíveis de serem o corolário de um processo histórico continuísta e linear, carimbado pelos desígnios do progresso e encabeçado por uma “civilização branca”. Ora, seria impossível conhecer as sociedades indígenas sem realizar expedições científicas, sem viajar para olhar e registrar, sem portanto conhecer o espaço. Olhar vasto e registro totalizador, que não se limitavam aos interesses etnográficos e arqueológicos. Tinham também objetivos geopolíticos. Dirigiam-se às áreas de fronteiras, avaliavam os seus recursos e possibilidades de exploração econômica, vigiavam e fiscalizavam suas instituições, esquadriavam seus contornos físicos para confeccioná-los numa futura cartografia identitária. A produção de um discurso sobre as sociedades indígenas, por seu turno, articulava formas de controle sobre as populações que viviam em áreas fronteiriças, no intuito de garantir o poder do Estado Nacional sobre estes espaços ainda não definidos, não coagulados. Relacionava--se à formulação de uma política indigenista<sup>8</sup> de integração, na qual o Estado teria um papel central, arrebanhando os “bárbaros” através do comércio e

<sup>7</sup> GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. “Nação e Civilização nos Trópicos”, pp. 5-27.

<sup>8</sup> Sobre política indigenista, ver CUNHA, Manuela Carneiro. “Política Indigenista no Século XIX”, KARASCH, Mary. 1992. “Catequese e Cativo: Política Indigenista em Goiás (1780-1889)” e PERRONE-MOISÉS, Beatriz. “Índios Livres e Índios Escravos (séculos XVI a XVIII)” In CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). **História dos Índios no Brasil**. São Paulo, Companhia das Letras, 1992. Para uma consulta às fontes, ver: BARBOSA, Januário da Cunha. “Qual seria o Melhor Sistema para Colonizar os índios entranhados em nossos sertões, se conviria o sistema dos jesuítas, fundado principalmente na propagação do cristianismo, ou se outro do qual se esperam melhores resultados dos que os atuais?” In **RIHGB**, (2): 3-18, 1840. Neste texto o autor defende a tese de que a catequese seria o melhor meio de “civilizar” os índios. Convivendo com os “brancos” em aldeamentos, os índios incorporariam suas necessidades técnicas e de consumo, o que favoreceria o aprendizado da “cultura branca” e a miscigenação. BARRETO, Domingos Alves Branco Moniz. “Plano sobre a Civilização dos Índios do Brasil” In **RIHGB**, (21): 33-91, 1856. Concebendo a História como *Magistra Vitae*, Domingos Alves relembra os conflitos entre o Estado e os jesuítas ocorridos ao longo da colonização. Justifica assim uma maior participação do Estado no empreendimento.

da educação. A composição deste amálgama aventava também a idéia de se utilizarem os indígenas como mão-de-obra substitutiva aos braços escravos (“estas etnias que emperravam a civilização”), já que as correntes da grande propriedade começavam a desprendê-los devido ao lento processo abolicionista. Os saberes articulados pelo IHGB, portanto, formavam uma rede epistemológica lançada sobre o Brasil. Campos de saber correlatos a campos de poder, cujos objetivos eram fomentar o debate sobre os problemas nacionais, encaminhar propostas para a definição do perfil da Nação, ou até mesmo viabilizar a estabilização do poder Monárquico e de seu projeto centralizador.

Gostaria, portanto, de entender como a Arqueologia integrou esta rede. Trata-se aqui de analisar a Arqueologia Imperial centrando-a em seu objeto. A perspectiva é a de escandir sua produção discursiva enquanto positividade<sup>9</sup>, enquanto uma prática que, ao articular-se com outros saberes e com o projeto político Imperial, estipulou critérios no intuito de classificar as sociedades indígenas como portadoras de maior ou menor grau de civilização, retirando ou minimizando suas diferenças culturais. Seguindo o fio desta articulação, pretendo desvelar os caminhos que possibilitaram à Arqueologia postular um lugar social para as sociedades indígenas na hierarquia do Estado Imperial. Tentando estudar a configuração de seus discursos, meu objetivo é o de discutir os seus usos políticos.

## 2. A Oficialização da Arqueologia

*O Instituto não desespera ... das tentativas do Cônego Benigno de descobrir monumentos antigos nesta parte do Novo Mundo, nem lhe morre a esperança de possuir em seu seio um Champollion brasileiro<sup>10</sup>*

---

<sup>9</sup> Sobre este assunto, procurar em FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. 2 ed. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1986 e \_\_\_\_\_. **As Palavras e as Coisas**. 7 ed. São Paulo, Martins Fontes, 1995.

<sup>10</sup> LAGOS In **RIHGB**. Tomo 6: 551, 1845.

É possível rastrear, *pari passu*, o delineamento de um projeto para a oficialização das pesquisas arqueológicas e etnográficas. De acordo com a proposta remetida à comissão de redação e estatutos no ano de 1847 (tomo 9: 442), o IHGB decide instaurar uma seção destinada a estes ramos do saber. Justifica esta iniciativa como sendo uma “necessidade urgente” de se ampliarem as pesquisas históricas e geográficas conforme os ditames da “civilização atual”. Sublinha que a seção teria como temática a Arqueologia e a Etnografia americanas, devendo gozar da mesma “categoria que as duas outras seções do Instituto”. Anuncia que os trabalhos destas áreas, então já publicados na Revista, foram bem aceitos no mundo científico europeu e norte-americano. Termina com a esperança de que, com a adição desta seção, o IHGB viria a ser um “corpo científico respeitável”, digno de ser um “oráculo” destes ramos de pesquisa. Esta proposta foi aprovada definitivamente em 1851 (tomo 13: 526), materializando-se nos novos estatutos concebidos pelo IHGB e na mudança de suas instalações em 1849-50, no Paço da Cidade. Momento que marca um novo começo para o Instituto, coincidindo com a estabilização e centralização política do poder Imperial.

A partir de 1850, portanto, o IHGB acrescenta mais um adjetivo ao seu nome: Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico. Três adjetivos indissociáveis, aos quais pode-se acrescer um quarto: o arqueológico. Mas não se deve supor, entretanto, que as pesquisas arqueológicas inexistiam antes de 1850. Como mostra a proposta de 1847, trabalhos arqueológicos eram publicados pelo Instituto antes da mudança das instalações. A rigor, o IHGB designava comissões de “especialistas” para a avaliação de estudos arqueológicos, antes mesmo da idealização da proposta<sup>11</sup>. Para os intelectuais do Instituto, tais pesquisas possibilitariam a recuperação do elo da corrente civilizadora representada pela “cultura branca”. Por outro lado, se uma civilização entre os indígenas não fosse demonstrada, poder-se-ia ao menos fixar um discurso científico, como se pretendia, sobre a inferioridade da cultura dos “bárbaros”<sup>12</sup>. A justificativa da proposta de 1847, porém, deixa entrever motivações ainda mais sutis.

Ora, o que os proponentes quiseram significar com ampliar os estudos históricos e geográficos conforme a “civilização atual”? Por que o desejo de possuir um “Champollion brasileiro” (vide epígrafe acima), por que a vontade de pronunciar oráculos, de tornar o IHGB uma instituição

<sup>11</sup> Cf. RIBEIRO, Duarte da Ponte; VILARDEBO & SIGAUD. “Explicação das Estampas que representam os ossos remetidos ao Instituto pelo Sr. Van-Ervn” *In RIHGB*, (7): 518-24, 1846; “148ª Sessão em 10 de junho de 1847” *In RIHGB*, (9): 278, 1847.

<sup>12</sup> GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. “Nação e Civilização nos Trópicos”.

pítica? Estas referências não são metáforas absurdas. Remetem ao contexto das pesquisas arqueológicas - e também etnográficas - promovidas pelos Estados europeus, então em pleno impulso e vigor<sup>13</sup>. Neste momento elas modificaram a interpretação do processo e do tempo históricos, do homem e da cultura, através da descoberta da pré-história asiática e africana. Revelaram, além do mais, a existência de culturas elaboradas, tais como a egípcia, a suméria, a babilônica, etc. Pesquisadores norte-americanos (mas também europeus), por sua vez, indicaram a presença de “altas culturas” nas Américas do Sul e Central, cuja majestade expressou-se na construção de grandes monumentos. O IHGB, portanto, dando continuidade às suas pesquisas arqueológicas - que já tinham tido “boa receptividade no mundo científico” -, poderia contribuir com resultados importantes para o mosaico em formação da pré-história mundial. Porém, não há nesta proposta somente uma vontade de verdade, uma pura paixão pelo passado, cujo signo máximo estaria expresso na tentativa de adequar o Instituto aos modernos parâmetros metodológicos das pesquisas em humanidades.

Sendo uma vontade de verdade sustentada por uma instituição, pode ela significar um dos usos políticos da Arqueologia. Esta disciplina expressaria, desse modo, uma das formas para nivelar o Instituto com as civilizações do Velho Mundo, sob a medida de um dos seus signos mais representativos - a ciência<sup>14</sup>. Seria uma chave para a porta de entrada da

<sup>13</sup> Para um panorama das pesquisas historiográficas, paleográficas e arqueológicas do período, ver CARBONELL, Charles. **Historiografia**. Lisboa, Teorema, 1987. Quanto às arqueológicas, ver MOBERG, Carl Axel. **Introdução à Arqueologia**. Lisboa, Edições 70, 1968 e BLOCH, Raymond. **As Conquistas da Arqueologia**. 2 ed. Rio de Janeiro, Femi, 1979. Quanto às etnográficas, ver LAPLANTINE, François. “O tempo dos Pioneiros: Os Pesquisadores Eruditos do Século XIX” In: **Aprender Antropologia**. São Paulo: Brasiliense, 1993, p. 63-75. O IHGB mantinha-se informado sobre as pesquisas arqueológicas realizadas no contexto internacional graças ao intercâmbio com Institutos e arqueólogos estrangeiros. Destes os membros do Instituto recebiam livros e relatórios. Cf. “115ª Sessão em 16 de novembro de 1843” In **RIHGB**, (5): 535, 1844; “116ª Sessão em 17 de dezembro de 1843” In **RIHGB**, (5): 598-99, 1844; “135ª Sessão em 5 de junho de 1845” In **RIHGB**, (7): 268, 1845 (aqui o IHGB é informado sobre as escavações em Pompéia, através de seu diretor Carlos Bonucci); “136ª Sessão em 18 de junho de 1845” In **RIHGB**, (7): 270, 1845; “176ª Sessão em 19 de agosto de 1847” In **RIHGB**, (9): 305, 1847.

<sup>14</sup> Para Norbert Elias. o conceito de civilização engloba uma grande variedade de atitudes e atividades humanas: os tipos de maneiras, idéias religiosas, as habitações, o sistema judiciário, o modo de preparar e comer os alimentos, o nível tecnológico e a *ciência*. Para os propósitos deste ensaio, entretanto, importa um dos argumentos centrais que o autor estabelece para o conceito: civilização significa a consciência que o Ocidente tem de si mesmo, ou ainda a *consciência nacional*. Por conseguinte, o conceito serviu, tanto no mundo europeu como no não europeu, como *justificativa do domínio que o Estado e os*

civilização da ciência e do progresso. Um Champollion brasileiro daria fôlego à ambição do IHGB - e portanto do Estado Imperial - de figurar no quadro das Nações civilizadas. Assim pode-se entender a razão de se postular que a seção de Arqueologia e Etnografia teria a mesma categoria que as outras do Instituto. Nem mais, nem menos do que as de História e Geografia. Deve-se lembrar, por outro lado, que a formulação de uma identidade nacional orquestrada pelo Instituto pressupunha uma oposição política às repúblicas latinas<sup>15</sup>. Se “eles” apresentaram culturas indígenas elaboradas, por que “nós” não no-la apresentaremos? Se “eles” descobriram grandes monumentos, por que “nós” também não no-lo descobriremos? O núcleo de ocupação e colonização do território onde viveram as “altas culturas americanas” não teria partido do Brasil? É possível que tais questões tenham sido pensadas pelos membros do Instituto no momento da formação de uma seção de Arqueologia e Etnografia. Se realmente o foram, as duas primeiras simbolizariam o desejo do Estado Imperial de representar a civilização no Novo Mundo. Tal desejo não seria completamente realizado se, ao contrário das Repúblicas latinas, a Monarquia não apresentasse como corolário de seu processo histórico civilizacional culturas tão elaboradas quanto a dos maias, astecas e incas. A terceira (por sinal indissociável das primeiras), seria um desdobramento do conflito político com os vizinhos de fronteiras, uma extensão das estratégias de anexação e resguarda de territórios. Um vetor da política externa do Império. Deve-se lembrar, neste âmbito, dos conflitos entre a Monarquia e as Repúblicas vizinhas da área do Rio da Prata (1825-28; 1850-52). Isso talvez explique a circunscrição de limites operada pelo IHGB: sua seção de arqueologia e etnografia deveria ser americana. Num contexto em que a arqueologia corroborou com o imperialismo, fornecendo argumentos para a política externa dos Estados, para as guerras de fronteiras e para a dominação de populações inteiras, sem dúvida esta é uma hipótese plausível.

Outros usos político-estratégicos são identificáveis. Não é improvável que a Arqueologia e a Etnografia tenham servido para vigiar e dominar as populações indígenas. Veja-se, por exemplo, o projeto de Francisco Freire Alemão (diretor da seção de Arqueologia) de se elaborar uma *Carta Geral do Estado Primitivo do Brasil* (tomo 9: 563, 1847). Freire Alemão, com esta proposta, solicitou das diversas províncias in-

---

*grupos dominantes imprimiram às classes sociais sotopostas na hierarquia social.* ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador: Uma História dos Costumes**. 2 ed. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1994

<sup>15</sup> GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. “Nação e Civilização nos Trópicos”.

formações sobre as sociedades indígenas, seus usos e costumes, bem como a remessa de “objetos arqueológicos”. O objetivo parece claro: através da descrição e da classificação, do registro minucioso e da coleção, produzir uma memória sobre os grupos indígenas, para assim melhor controlá-los. A seção de arqueologia se encarregou também de enviar instruções para a *Comissão Científica Brasileira* (tomo 19: 42-73, 1856), ou Comissão das Borbletas, como ficou conhecida.<sup>16</sup> Esta expedição atuou entre 1858 e 1861, encarregando-se, segundo a seção de Arqueologia, de explorar as províncias do Império. Noutros termos, num contexto em que a Monarquia necessitava de um conhecimento maior de seu território, afim de melhor explorá-lo, o IHGB organizou uma comissão que englobou variados domínios: Botânica, Geologia, Mineralogia, Astronomia, Geografia e Etnografia. Integraram esta comissão, dentre outros, Francisco Freire Alemão e Guilherme Such Capanema (1824-1908). De imediato, Capanema pesquisou a Gruta de Quixadá (CE), onde recolheu uma calota humana. O olhar arqueológico, deste modo, esteve presente nestas expedições.<sup>17</sup>

A criação desta seção de Arqueologia e Etnografia no seio do IHGB, portanto, articulou-se a um campo de saber e de poder. Ela só foi possível devido a uma historicidade específica, de onde destacam-se seus sinais característicos. Parafraseando Certeau (1979), talvez seja lícito dizer que pesquisas arqueológicas são realizadas a partir de um lugar de produção sócio-econômico, político e cultural. Foi no horizonte desta historicidade, ademais, que a Arqueologia promovida pelo IHGB formulou seus discursos, suas proposições e suas hipóteses. Foi na curva deste firmamento que ela se organizou, em suma, enquanto disciplina<sup>18</sup>.

<sup>16</sup> Para descrições pontuais da Comissão Científica Brasileira, ver: FERRAZ, J. de Sampaio. *A Meteorologia no Brasil* e AZEVEDO, Fernando de. “A Antropologia e a Sociologia no Brasil” In: \_\_\_\_\_. (org.). **As Ciências no Brasil**. São Paulo: Melhoramentos, 1956; e SOUZA, Alfredo Mendonça de. “História da Arqueologia Brasileira”, 1991.

<sup>17</sup> Seria importante vasculhar nos arquivos do IHGB se existem ou não *fontes primárias* sobre a Comissão Científica Brasileira. Por falta de recursos, o autor não pôde ainda realizar a tarefa. Isto aplica-se também a outras fontes que serão apontadas no texto. No âmbito destas expedições, deve-se acrescentar as financiadas por João da Silva Machado. Cf. **RIHGB**, (3): 260, 1848. Pode-se citar também o exemplo de Gonçalves Dias (1823-1864), que em 1851 viajou ao Norte do país com a missão de coletar documentos históricos e etnográficos, bem como a de avaliar os “estabelecimentos de ensino”. Seus relatórios, ainda não analisados, encontram-se nos arquivos do IHGB. Sobre os documentos etnográficos, Cf. **RIHGB**, (21): 484-85, 1858. Cf. também RODRIGUES, José Honório. “O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”, p. 51-7.

<sup>18</sup> FOUCAULT, Michel. **El Orden del Discurso**. Barcelona, Tusquets Editor, 1973.

### 3. Entre Planos Teóricos e Hipóteses

O IHGB não mediu esforços para localizar traços de cultura indígena elaborada. Desejava realmente um Champollion que decifrasse inscrições e monumentos nos sertões do Brasil. Para tanto, financiou expedições científicas (que prendiam-se, como já se viu, a outras motivações). É possível acompanhá-las desde 1839, quando se publicou o primeiro tomo da Revista. Neste ano, o IHGB incursionou à Pedra da Gávea, afim de averiguar a possível existência de uma inscrição fenícia<sup>19</sup>. Ao final da expedição, da qual participou Manoel de Araújo Porto Alegre (1806-1879), concluiu-se que a inscrição era produto da natureza<sup>20</sup>. O incentivo à expedições como estas são constantes. Em artigo que orientou as linhas mestras do trabalho de coleta de fontes primárias, portanto texto respaldado nos princípios da moderna historiografia, Rodrigo de Souza da Silva Pontes exorta a prática das expedições arqueológicas<sup>21</sup>. Entretanto, foi o naturalista Karl F. P. von Martius (1794-1868) um dos mais ardorosos defensores destas “viagens científicas”, pois acreditava na existência de monumentos soterrados sob as matas brasileiras<sup>22</sup>.

É interessante observar sobretudo o empenho do IHGB em auxiliar as expedições do Cônego Benigno José de Carvalho, comprometidas com um projeto de localizar uma cidade abandonada nas matas do Cinco-rá, sertão da Bahia. Esta cidade estaria descrita no documento compilado por Januário da Cunha Barbosa (Tomo 1: 46, 1839) - *Manuscrito dos Aventureiros - Relação Histórica de uma oculta e grande povoação antiqúissima sem moradores que se descobriu no ano de 1753*. O debate sobre a cidade abandonada foi recorrente nas páginas da Revista. Houve opositores, mas também os que sugeriram uma releitura do documento, propondo inclusive uma outra rota para a expedição e enviando vestígios

<sup>19</sup> Cf. “8ª Sessão em 23 de março de 1839” In **RIHGB**, (1): 51-52, 1839.

<sup>20</sup> Cf. ALLEGRE, Manoel de Araújo Porto & BARBOSA, Januário da Cunha. “Relatório sobre a Inscrição da Gávea” In **RIHGB**, (1): 77-81, 1839. Para uma análise da expedição, ver LANGER, Johnni. “A esfinge atlante do Paraná” e \_\_\_\_\_. “Enigmas arqueológicos e civilizações perdidas no Brasil Oitocentista”.

<sup>21</sup> Cf. PONTES, Rodrigo de Souza da Silva Pontes. “Quais os meios de que se deve lançar mão para obter o maior número possível de documentos relativos à História e Geografia do Brasil?” **RIHGB**, (3): 149-157, 1841.

<sup>22</sup> Notar como esta idéia pode ter subsidiado a criação da seção de Arqueologia do IHGB, conforme foi argumentado acima. Martius escreveu duas cartas ao Instituto, sugerindo propostas de estudos arqueológicos e etnográficos. Cf. “Carta Lida na 44ª Sessão em 1 de agosto de 1840” In **RIHGB**, (2): 401-04, 1840; BARBOSA, Januário da Cunha. “Dos Trabalhos do Instituto no Terceiro Ano Social” In **RIHGB**, (3): 521-37, 1841.

arqueológicos que atestariam a existência da cidade<sup>23</sup>. Além de um Champollion, o IHGB desejou também possuir um Schiliemann!.

As condições de aparecimento desta Arqueologia, seus sinais específicos, podem ser descritos. O Romantismo foi um deles<sup>24</sup>. Um grupo de intelectuais atuantes no IHGB, ligados a Domingos José Gonçalves Magalhães (1811-88) - idealizador da *Revista Niterói* (1836) -, e sob o “mecenato” de D. Pedro II, elaboraram uma política literária de cunho nacionalista para a jovem Nação, visando à autonomização da literatura brasileira<sup>25</sup>. Entre estes intelectuais estão Manuel de Araújo Porto Alegre (1806-79), - co-fundador da *Revista Niterói* - Joaquim Norberto de Sousa e Silva (1820-91) e Gonçalves Dias (1823-64). Aproveitando a experiência programática da *Revista Niterói*, estes intelectuais mostraram uma feição original para a Literatura Nacional, o que resultou na fundação de uma outra Revista, desta vez intitulada *Guanabara* (1850). Foi assim que o indígena (ou mais especificamente o grupo Tupi), o genuíno *bon sauvage* dos trópicos, foi alçado à condição de símbolo da nacionalidade. A literatura indigenista, signo expoente deste programa literário, pintou-o então como guerreiro, heróico, forte, bravo, indomável, justo, cordial. Noutros termos, valeu-se de tinta nobre e civilizada, adjetivos caros neste contexto de Corte e Monarquia.

Excetuando Gonçalves de Magalhães<sup>26</sup>, os outros literatos tiveram constante participação na Arqueologia e Etnografia promovidas pelo

<sup>23</sup> Sobre a compilação e comentário do documento, ver: BARBOSA, Januário da Cunha. “Advertências” In **RIHGB**, (1): 250-77, 1839. Sobre a expedição do cônego Benigno, ver: BENIGNO, José de Carvalho. “Sobre a situação da antiga cidade abandonada, que se diz descoberta nos sertões do Brasil por certos aventureiros em 1753, na conformidade da relação por eles escrita, e publicada pelo Instituto, e segundo as observações por mim feitas, e informações que colhi aqui e na minha viagem a Valença em 4 de fevereiro de 1841” In **RIHGB**, (3): 197-203, 1841; BARBOSA, Januário da Cunha. “Relatório dos Trabalhos do Instituto durante o quarto ano social” In **RIHGB**, (4): 20-21, 1842; “Ofício do Sr. Benigno ao Exm. Presidente da Bahia, o Sr. Tenente General Andrea, sobre a cidade abandonada que a três anos procura no sertão desta província” In **RIHGB**, (7): 102-205, 1845. Sobre os opositores, ver: “113ª Sessão em 28 de outubro de 1843” In **RIHGB**, (5): 402, 1843. Sobre a sugestão de uma outra rota, ver: OLIVEIRA, Manoel Rodrigues. “Novos indícios da existência de uma povoação abandonada no interior da província” In **RIHGB**, (10): 363-73, 1848. Ver também LANGER, Johnni. “Enigmas arqueológicos e civilizações perdidas no Brasil Oitocentista”.

<sup>24</sup> Sobre o Romantismo na Literatura Brasileira, ver, dentre outros, BOSI, Alfredo. **História Concisa da Literatura Brasileira**. São Paulo, Cultrix, 1972 e CANDIDO, Antonio. **Formação da Literatura Brasileira**. São Paulo, Martins Fontes, 1959.

<sup>25</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As Barbas do Imperador**.

<sup>26</sup> Gonçalves de Magalhães, entretanto, foi premiado pelo IHGB por sua dissertação sobre a Balaiada. Cf. **RIHGB**, (11): 163-354, 1848.

IHGB. Colaboraram com artigos - como foi o caso de Joaquim Norberto de Sousa Silva e Gonçalves Dias -, além de serem eleitos para integrar a seção de Arqueologia e Etnografia do Instituto<sup>27</sup>. Tais pesquisas subsidiaram, sem dúvida, a literatura indigenista. Podem-se notá-las nas poesias de Gonçalves Dias, nos quadros e trabalhos arquitetônicos de Manuel de Araújo Porto Alegre<sup>28</sup>, mas também no livro de Gonçalves de Magalhães, *A Confederação dos Tamoios* (1856)<sup>29</sup>. É possível contestar que os resultados das pesquisas foram idealizados. Contudo, a despeito destas idealizações, deve-se reconhecer que, mesmo na pena de José de Alencar (1829-77), franco opositor ao grupo do IHGB, a Arqueologia e a Etnografia - e também a História - , serviram como critério e fundamento para a reelaboração ficcional<sup>30</sup>. No mais, talvez não seja mera coincidência a *Revista Guanabara* (1850) ter sido criada no mesmo ano da efetivação da seção de Arqueologia e Etnografia do IHGB. Coincidência ou não, é possível constatar interferências entre a Arqueologia e o Romantismo.

A ordenação teórico-metodológica da Arqueologia Imperial, pelo menos até 1870, pode ser encontrada entre os naturalistas. Dentre eles,

<sup>27</sup> Sobre o artigo de Joaquim Norberto de Souza Silva, Cf. “Memória Histórica e Documentada sobre as Aldeias de Índios do Rio de Janeiro” *In RIHGB*, (17): 71-271, 1854. Os artigos de Gonçalves Dias serão comentados a seguir. Sobre suas participações como membros da seção de Arqueologia, ver “177ª Sessão em 2 de setembro de 1847” *In RIHGB*, (9): 442, 1847 (esta é a mesma reunião em que se propõe a criação da Seção de Arqueologia e Etnografia); “198ª Sessão em 31 de agosto de 1848” *In RIHGB*, (10): 404, 1848; “208ª Sessão em 15 de julho de 1849” *In RIHGB*, (12): 414, 1849; “227ª Sessão da Assembléia Geral em 23 de maio de 1851” *In RIHGB*, (14): 421-25, 1851; “Sessão da Assembléia Geral celebrada no dia 21 de dezembro de 1853” *In RIHGB*, (17): 563-67, 1854.

<sup>28</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As Barbas do Imperador**.

<sup>29</sup> Esta obra, de acordo com SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As Barbas do Imperador**, foi considerada oficialmente como *épico nacional*.

<sup>30</sup> Para um dos muitos exemplos da oposição de José de Alencar ao IHGB, ver uma de suas crônicas, *Pontualidade no Instituto Histórico* (1854), onde ele ironiza: “(...) Com aquele tufão que desabou sobre a cidade, arrancando árvores e fazendo estragos, qual seria o *dilettante* capaz de deixar o seu teto hospitaleiro para arrostar um tempo tão absurdo? É verdade que a esta mesma hora, quando rajadas de vento caíam mais fortes e com mais violência, alguns homens atravessavam as ruas da cidade, e um a um se iam reunir na sala das sessões do Instituto Histórico. Pouco depois chegou sua Majestade, e a sessão se abriu com sete membros. Cf. ALENCAR. José de. **Crônicas Escolhidas**. São Paulo: Ática/Folha de São Paulo: s/d, p. 59. (grifos meus). Para o fundamento etnográfico de sua obra **Iracema**, conferir, ao final do livro, o **Argumento Histórico**, que traz um vocabulário dos termos indígenas empregados em cada capítulo. Cf. “Argumento Histórico” *In* \_\_\_\_\_. **Iracema**. São Paulo: Solimões, s/d, p. 123-138. Para um comentário desta obra e sobre os conflitos políticos entre o Imperador e José de Alencar, ver SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As Barbas do Imperador**.

destacam-se Peter W. Lund (1801-1880) e Karl F. P. von Martius. O primeiro, pesquisando na Lapa do Sumidouro (MG), encontrou ossos humanos associados a vestígios de megafauna extinta. Escreveu três cartas ao IHGB detalhando suas descobertas<sup>31</sup>. Nelas expõe a comparação que realizou entre os crânios egípcios e os encontrados na Lapa do Sumidouro (MG). Estabelece uma série de conjecturas sobre “raça, modo de vida e perfeição intelectual” dos aborígenes, tendo como fontes os ossos fossilizados e um artefato lítico. Na primeira carta, questionou a contemporaneidade entre os animais pleistocênicos e o homem. Nas outras duas, porém, atesta ser a povoação do Brasil muito remota, anterior aos “tempos históricos”. Polemiza com os opositores desta tese, segundo os quais os crânios e os ossos fossilizados seriam de gigantes ou pertenceriam aos tempos modernos. Afirma, além disso, que o “continente brasileiro” é o mais antigo do planeta.

De Martius sabe-se muito sobre o seu papel na elaboração da historiografia do Instituto, ou mesmo de sua recorrência na historiografia brasileira<sup>32</sup>. Seu artigo, *Como se Deve Escrever a História do Brasil* (tomo 6: 389-411; 1844), definiu as linhas mestras de um projeto historiográfico capaz de garantir uma identidade à Nação em processo de construção<sup>33</sup>. Esta identidade estaria assegurada se o historiador demonstrasse a missão específica reservada ao Brasil enquanto Nação: realizar a idéia da mescla das três raças. Cada qual seria um motor da História - que obedeceria à “lei das forças diagonais”-, destacando-se o seu perfil civilizador. O branco, a seu ver, deveria ser alvo de maior interesse, devido à sua maior inclinação para a civilização. Aos negros coube o espaço da detração, pois que estes seriam um óbice ao processo civilizatório. Ao contrário destes, os indígenas são valorizados, sob a perspectiva de integrá-los à

<sup>31</sup> LUND. “Carta Escrita de Lagoa Santa ao Sr. Primeiro Secretário do Instituto” *In RIHGB*, (4): 80-7, 1842; LUND. “Carta Escrita de Lagoa Santa em 21 de abril de 1844” *In RIHGB*, (6): 334-42, 1844; “139ª Sessão em 21 de agosto de 1845” *In RIHGB*, (7): 413, 1845.

<sup>32</sup> Sobre Martius na historiografia do IHGB, remeto o leitor novamente à nota 3. Sobre sua recorrência na historiografia brasileira, ver: RODRIGUES, José Honório. **Teoria da História do Brasil**, pp. 130-32-39-41-57-247-52-354.

<sup>33</sup> O artigo de Martius resultou de um concurso promovido pelo IHGB, que instituiu um prêmio para o melhor trabalho que elaborasse um plano para se escrever a História do Brasil. Martius foi o ganhador, lançando os alicerces para a construção do nosso mito da democracia racial. Sobre esta discussão remeto o leitor novamente à nota anterior. Sobre a proposta do concurso, ver: “125ª Sessão em 18 de julho de 1844” *In RIHGB*, (6): 380-82, 1844. Sobre sua premiação, ver: “Relação dos membros premiados pelo Instituto em cumprimento do programa apresentado na sessão pública de 14 de dezembro de 1844” *In RIHGB*, (11): 147, 1849. Sobre a discussão que se segue, ver novamente a nota 13.

História Nacional através dos conhecimentos por eles veiculados. O indígena, assim, mereceria um estudo cuidadoso, até mesmo devido à sua potencialidade para a confecção dos mitos da nacionalidade - neste ponto o autor toma o exemplo dos cavaleiros medievais do espaço europeu.

Martius esmiuça uma metodologia etnográfica e arqueológica (talvez a primeira produzida em solo nacional) para o estudo da “raça vermelha”. As duas disciplinas encontram-se, desse modo, intimamente relacionadas no texto. Como já foi notado, através de cartas enviadas ao IHGB, ele emulou a prática das excursões arqueológicas, baseado na hipótese de que os indígenas seriam “ruínas de povos”. Faz o mesmo neste artigo, porém clarificando mais suas idéias: as “ruínas de povos”, na verdade, representariam resquícios de uma antiga civilização que teria habitado toda a América<sup>34</sup>. As excursões arqueológicas, deste modo, poderiam revelar, tal qual nas outras regiões da América, grandes monumentos soterrados sob as matas dos sertões, ou mesmo outros testemunhos materiais desta civilização de outrora. Afim de descobrir o véu da “ruína” que encobriria uma cultura sofisticada, Martius propõe a investigação das cosmogonias indígenas, de seus dialetos, e, por fim, o estudo comparativo das raças. A Etnografia, assim, desaguaria na Arqueologia.

Martius, portanto, vem a ser fundamental não só para os estudos de historiografia brasileira, mas também para os de História da Etnografia e da Arqueologia. E não por ter sido um “precursor”, mas sim por confirmar uma orientação metodológica partilhada pelos membros do IHGB. Adolfo Varnhagen (1816-1878), por exemplo, valeu-se de princípios explicativos similares aos de Martius. Esta afirmação, entretanto, pede ressalvas. No debate sobre a viabilidade de se representar os indígenas no quadro da Nação, Varnhagen posicionou-se radicalmente contra, polemizando com Gonçalves Dias. Um verdadeiro embate entre a Literatura e a

---

<sup>34</sup> Sobre os indígenas enquanto “resquícios de uma antiga civilização”, ver MARTIUS, Karl F. Philipp von. **O Estado de Direito entre os Autóctones do Brasil**. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1992. Ver, ainda, \_\_\_\_\_. e SPIX Batist von. **Viagem pelo Brasil** (1817-1820). São Paulo: Melhoramentos, 1968. Martius, como se sabe, foi coetâneo das idéias de Friedrich Creuzer, Christoph Meiners e Cornelius de Pauw, os quais defendiam a teoria da degeneração racial. A este respeito, ver BALDUS, Herbert. “Introdução” In MARTIUS e SPIX. **Viagem pelo Brasil**. Sobre a influência do jurista Pauw no pensamento de Martius, ver CUNHA, Manuela Carneiro. “Política Indigenista no Século XIX”. Sobre a influência de Pauw e das pesquisas arqueológicas Meso-Americanas em Martius, ver LANGER, Johnni. “Enigmas Arqueológicos e Civilizações Perdidas no Brasil Oitocentista”. Estes autores, entretanto, não consideram a valorização de Martius aos conhecimentos indígenas.

História (GUIMARÃES: 1988; 1989)<sup>35</sup>. Neste sentido, ele não valorizava o estudo dos indígenas com a mesma ênfase de Martius.<sup>36</sup> É verdade também que em 1841 o historiador oficial do Império escreveu um texto intitulado *Sobre a Necessidade do Estudo e Ensino da Língua Indígena* (tomo 3: 53-63), onde afirmou que tais investigações propiciariam deduzir “com maior exatidão a emigração de algumas raças”. Portanto, antes de Martius, Varnhagen já havia proposto para o método etnográfico o estudo das línguas indígenas. Esta idéia, contudo, foi aprofundada após a publicação de *Como se Deve Escrever a História do Brasil*. Varnhagen reescreveu o texto de 1841, enxertando-o com mais informações. Mudou também o seu título: *Etnografia Indígena, Línguas, Imigrações e Arqueologia* (tomo 12: 336-79, 1849).

Nesta reelaboração, portanto, Varnhagen estreitou de forma mais incisiva a relação entre Etnografia e Arqueologia. Perceba-se, por exemplo, a mesma linha decrescente do método: a Etnografia e o estudo das línguas indígenas levariam às imigrações, que por sua vez desembocariam na Arqueologia. Esta preocupação com a Arqueologia levou-o a comentar os “últimos achados arqueológicos”: machados líticos, ingaçabas, vestígios cerâmicos, etc<sup>37</sup>. Levou-o também a descrever com muita segurança um sambaqui, visto por ele no Maranhão. Nota-se sua precaução em determinar que o sambaqui é um “mausoléu”, e não uma cidade encantada. Ou seja, sente-se nas entrelinhas que Varnhagen questionou a expedição do cônego Benigno, embora tenha admitido a possibilidade da existência de uma cidade petrificada, em Vila Velha (PR) (Langer: 1998). É importante sublinhar também que Varnhagen reescreveu o artigo em

---

<sup>35</sup> Pode-se dizer que este embate foi também entre a Arqueologia e a História. Ver, por exemplo, as críticas incisivas de Joaquim Norberto de Souza e Silva a Varnhagen, em SILVA, Joaquim Norberto de Souza e. “Memória Histórica e Documentada sobre as Aldeias de Índios do Rio de Janeiro”. *RIHGB*, (17): 71-271, 1854. Norberto de Souza, baseado em argumentação fornecida por suas pesquisas arqueológicas e etnográficas, defende a integração dos indígenas à “civilização”. Escusado dizer que, ainda que sem a participação de Norberto de Souza, o debate incluiria a Arqueologia, tão somente porque Gonçalves Dias dele participou.

<sup>36</sup> Varnhagen propôs inclusive o *extermínio* dos indígenas. Ver GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. “Nação e Civilização nos Trópicos” e CUNHA, Manuela Carneiro. “Política Indigenista no Século XIX”. O significado político desta proposta pode ser melhor aquilatado considerando-se que, com o seu saber historiográfico, Varnhagen intervinha nas decisões políticas do Império, sobretudo no que se refere às questões ligadas a demarcação de fronteiras. Cf. GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. “Nação e Civilização nos Trópicos”.

<sup>37</sup> Estas informações foram reproduzidas em VARNHAGEN, Francisco Adolfo. **História Geral do Brasil** [1854]. São Paulo, Melhoramentos, 1978.

resposta ao projeto da *Carta Geral do Estado Primitivo do Brasil* (tomo 9: 563, 1847). Noutros termos, o impulso de Varnhagen relacionou-se a objetivos antes de mais nada político-estratégicos. O artigo causou repercussão no IHGB. Chegou-se a designar uma comissão para avaliá-lo, composta por Manoel de Araújo Porto Alegre (diretor da seção de arqueologia) e Gonçalves Dias (tomo 12: 414, 1849). A referência ao sambaqui rendeu inclusive uma *Memória sobre a Pirâmide do Campo Ourique do Maranhão* (tomo 13: 521, 1850), escrita por Francisco Freire Alemão<sup>38</sup>.

Gonçalves Dias também escreveu sob a premência desta visão metodológica<sup>39</sup>. Publicou dois longos ensaios etnográficos no IHGB. O primeiro como resposta a um tema proposto pelo Imperador D. Pedro II, em 1854 (tomo 17: 599): “...Quais são os vestígios que possam provar uma civilização anterior aos portugueses? Existiram ou não as Amazonas no Brasil?...”. Em *Amazonas* (tomo 18: 5-66, 1855), o poeta levanta ampla bibliografia, apresentando um esboço do que se havia escrito sobre o tema. Através do estudo das cosmogonias e dos dialetos indígenas, versa sobre a improbabilidade desta hipótese de origem dos aborígenes. Esta refutação foi novamente apresentada em *Brasil e Oceania* (tomo 30: 5-192, 1867). Neste ensaio, entretanto, o autor da *Canção do Exílio* mudou de objeto: não mais as Amazonas de Heródotos, mas um exaustivo estudo etnográfico sobre os primeiros contatos entre os indígenas e os europeus. O que fez Gonçalves Dias descrever os relatos dos naturalistas, discutir a pré-história no Brasil e estabelecer uma hipótese sobre a migração dos tupi-guaranis. Segundo ele, este grupo etnográfico teria sua origem de assentamento no Norte do Brasil, descendo posteriormente o litoral e ocupando-o, não sem guerrear com outros povos<sup>40</sup>.

<sup>38</sup> Esta Memória foi somente mencionada na Revista, e não publicada. Seria interessante localizá-la nos arquivos do IHGB. Este texto poderia lançar novas luzes ao debate sobre os sambaquis no Brasil. Notar, por exemplo, que a polêmica sobre sua artificialidade ou naturalidade pode ter ocorrido antes de 1870, ao contrário do que sugere André Prous. Ver ver PROUS, André. “História da Pesquisa e da Bibliografia Arqueológica no Brasil”. A este respeito, Cf. Rath, que diz ter estudado os sambaquis desde 1846: “Notícia Etnológica sobre um povo que já habitou a costa do Brasil, bem como o seu interior, antes do Dilúvio Universal” *In* RIHGB. Rio de Janeiro, (34): 287-92, 1871.

<sup>39</sup> Para uma descrição ligeira dos trabalhos etnográficos de Gonçalves Dias, mas que entretanto não incluem os artigos aqui comentados, ver AZEVEDO, Fernando. “A Antropologia e a Sociologia no Brasil”.

<sup>40</sup> É interessante cotejar esta hipótese com o poema I-Juca Pirama: “(...) Sou filho das Selvas/ Nas Selvas cresci/ *Guerreiros, descendo/ Da tribo tupi/* (...) Sou bravo, sou forte;/ *Sou filho do Norte/ Meu canto de morte,/ Guerreiros Ouvi. (...)*” - (grifos meus). Poema extraído de BUENO, Alexei (sel.) **Grandes Poemas do Romantismo Brasileiro**. Rio de

Questões como as propostas pelo Imperador podem levar alguns arqueólogos e historiadores da ciência e das idéias a esboçarem uma comissura irônica no canto dos lábios. Deve-se ter em mente, contudo, os dispositivos que regularam as condições de aparecimento desta Arqueologia em elaboração no IHGB, cujos sinais já foram parcialmente descritos. Talvez seja interessante acompanhar o restante de seu contorno, antes que a ironia irrompa em risos. É claro que historiadores da ciência e das idéias, podem, se quiserem, lançar a ela um riso superior, científico. Mas este riso será anacrônico. Resultado da apreensão do passado de um saber através do conceito atual que se tem dele<sup>41</sup>. Fruto de uma visão hegeliana da História, onde o conceito está dado de antemão, cabendo ao historiador garimpá-lo entre as impurezas residuais dos métodos passados. Um modo de escrever a História que anula as diferenças. Que a concebe como reconstituição de uma verdade num desenvolvimento histórico contínuo, em que as únicas descontinuidades seriam de ordem negativa: esquecimento, ocultação, ilusão<sup>42</sup>. Se tais questões inquietaram o Imperador - e não só ele! - foi porque dispunha-se de um campo de ordenação que as tornaram possíveis. Campo que formava um mesmo território desbravado por esta Arqueologia, onde ela formulou suas proposições, acumulou suas hipóteses, e cujos limites estabeleciam o que se podia e não se podia pensar. Se o IHGB financiou expedições arqueológicas como as do cônego Benigno, foi porque a procura de monumentos ou vestígios de civilização estavam indicados como passíveis de serem encontrados.

Por mais risíveis - ou obsoletas - que pareçam, idéias como estas fizeram parte do intercâmbio cultural estabelecido entre o IHGB e Institutos Arqueológicos e Etnográficos da Europa e da América do Norte. Os contatos mais freqüentes deram-se com a Sociedade Real dos Antiquários do Norte<sup>43</sup>. Esta instituição dinamarquesa figurou com constância nas

---

Janeiro: Nova Fronteira, 1995, p. 36-52. Como se pode notar, Gonçalves Dias fez da Etnografia uma espécie de carpintaria literária.

<sup>41</sup> A este respeito ver: BACHELARD, Gaston. **A Psicanálise do Fogo**. São Paulo, Martins Fontes, 1994; KOYRÉ, A. **Estudos de História do Pensamento Científico**. Rio de Janeiro/Brasília, Forense Universitária/Editora da UNB. (Col. Campo Teórico), 1982; KÜHN, Thomas, **A Estrutura das Revoluções Científicas**. São Paulo, Perspectiva, 1975 e FOUCAULT, Michel. **História da Loucura**. São Paulo, Perspectiva, 1978.

<sup>42</sup> Sobre a visão retrospectiva de um objeto histórico gestado no presente, FOUCAULT, Michel. **O Nascimento da Clínica**. 3 ed. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1987. Ver também NIETZSCHE, Friedrich W. "Da Utilidade e Desvantagem da História para a Vida [1874]" *In*: **Nietzsche**. São Paulo, Nova Cultural, 1996, p. 273-289.

<sup>43</sup> Destacam-se os seguintes Institutos: a Sociedade Etnológica de Paris, a Sociedade Arqueológica Americana, a Sociedade Etnológica Americana e a Sociedade dos Antiquá-

páginas da Revista, sobretudo em seus primeiros tomos. Já em 1840 (tomo 2: 210-36), Januário da Cunha Barbosa traduziu um artigo de Carlo Cristiano Rafn, *Memória sobre o Descobrimento da América no Século Décimo*<sup>44</sup>. Em 1845, o mesmo Carlo Rafn enviou ao Instituto um outro artigo, descrevendo as seções de um Museu construído em Copenhague, entre as quais havia uma destinada à vestígios arqueológicos da América<sup>45</sup>. Esta instituição defendia a tese - como sugere o título do artigo - de que os escandinavos teriam ocupado sucessivamente, no século X, a Islândia, a Groenlândia e a América. Para os arqueólogos da Sociedade, esta tese não era mero exercício especulativo. Tinha bases “empíricas” (o termo foi usado por eles): além de ser sustentada pela obra de Humboldt, estaria evidenciada em manuscritos da biblioteca da Dinamarca, nos monumentos da América Central, nos vestígios arqueológicos provenientes de escavações realizadas na Groenlândia. Januário da Cunha Barbosa traduziu também uma obra remetida ao IHGB pela Sociedade Etnológica de Paris (tomo 5: 119-299, 1843). Escrita por Warden, o livro intitula-se *Investigação sobre as Povoações Primitivas da América*. Também defendia a tese de uma colonização européia da América, anterior à chegada de Colombo. Este livro foi publicado em Paris em 1834, portanto quatro anos antes da fundação do IHGB (1838). Tal detalhe mostra um prematuro interesse do Instituto por estas teses. Senão, por que traduzir estes artigos e livros? O que nos revela este tipo de filtro de leituras?<sup>46</sup>

---

rios da França. Cf. “66ª Sessão em 1 de julho de 1841” In **RIHGB**, (3): 347, 1841; “144ª Sessão em 23 de dezembro de 1845” In **RIHGB**, (8): 573, 1846; “146ª Sessão em 18 de março de 1846” In **RIHGB**, (8): 153-55, 1846; “152ª Sessão em 29 de outubro de 1846” In **RIHGB**, (8): 549-52, 1846; “184ª Sessão em 10 de fevereiro de 1848” In **RIHGB**, (10): 122-23, 1848. Para os contatos com a Sociedade Real dos Antiquários do Norte, ver: “66ª Sessão em 1 de julho de 1841” In **RIHGB**, (3): 347, 1841; “128ª Sessão em 24 de outubro de 1844” **RIHGB**, (7): 509, 1845; “2ª Sessão em 5 de maio de 1871” In **RIHGB**, (34): 313, 1871.

<sup>44</sup> Carlo Rafn foi secretário da Sociedade Real dos Antiquários do Norte. Este artigo é um resumo de sua obra *Antiquates Americane, Sive Scriptores Septentrionales (Rerum Anticolumbianarium in America)*. **RIHGB**, (2): 240-09, 1840.

<sup>45</sup> Cf. RAFN, Carlo. “Museu de Antiguidades Americanas, fundado em Copenhague pela Sociedade Real dos Antiquários do Norte, sob proposta de seu secretário” In **RIHGB**, (7): 94-101, 1845.

<sup>46</sup> Por outra, tento entender a lógica da seleção de textos operada pelo IHGB. O fito é perceber quais autores foram lidos e como foram lidos, os viéses de leituras, as adaptações. Para longe do genérico e abusivo modelo que considera que as Idéias no Brasil - sobretudo as da geração de 70 do oitocentos - são meras cópias das teorias estrangeiras (Cf. COSTA, João Cruz. **Contribuição à História das Idéias no Brasil**. 2 ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967; SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Literatura Brasileira**. São Paulo, Difel, 1982; LEITE, Dante Moreira. **O Caráter Nacional Brasi-**

Com estes elementos, apontados aqui de forma muito seminal, a Arqueologia praticada pelo IHGB dedicou-se a um problema muito antigo, mas que tomou, na Europa do século XIX, uma forma muito particular: a origem do homem. Na Europa, pelo menos até a *Origem das Espécies* (1859) e Boucher de Perthes (ou seja, até o nascimento da Pré-História), a resposta a este problema aglutinou-se em duas vertentes, oscilando na polêmica entre o monogenismo e o poligenismo<sup>47</sup>. O IHGB adaptou esta discussão, antes de mais nada, para um problema local: a origem das sociedades indígenas. Caberia à Arqueologia - e ao olhar atento da Etnografia - elaborar hipóteses e produzir discursos sobre a origem destas “ruínas de povos”. Se ela apontasse para uma civilização, bastaria então tentar restituí-la em sua idiosincrasia própria.

Uma destas hipóteses pode ser designada como bíblica (ou monogênica). Via-se no indígena um antepassado do povo de Israel, um Adão americano, um homem ante-diluviano. O criacionismo explicaria a origem destes índios, habitantes de um espaço que fora outrora um paraíso tropical. Outra hipótese recorrente é a mediterrânica<sup>48</sup>. Ao contrário da primeira, esta supunha uma rota de imigração realizada por povos nautas. Daí esta Arqueologia enxergar os indígenas como antepassados dos fenícios, cartagineses, egípcios, indianos, etc. Sobretudo tentou-se mostrar uma ancestralidade com os europeus modernos, que supostamente teriam desembarcado no Brasil antes de Cabral. Os índios, nesta visão, seriam

---

leiro. 2 ed. São Paulo, Pioneira, 1969). Para uma análise da “lógica interna e contextual” das idéias, ver PAIM, Antônio. **História das Idéias Filosóficas no Brasil**. São Paulo, Grijalbo, 1967. Para uma outra que busca a “originalidade da cópia”, ver SCHWARCZ, Lília Moritz. **O Espetáculo das Raças**.

<sup>47</sup> Sobre estes conceitos, ver SCHWARCZ, Lília Moritz. **O Espetáculo das Raças**. O IHGB descartou, pelo menos até 1870, a hipótese poligênica.

<sup>48</sup> O uso destas hipóteses encontram-se por vezes num mesmo artigo, ou são discutidas conjuntamente nas reuniões do IHGB. Alguns autores também usam-nas de forma isolada. Destaco aqui, sem respeitar estas nuances, algumas fontes que possibilitam investigá-las. Quanto aos artigos, ver REBELLO, José Silvestre. “Discurso sobre a Palavra Brasil” *In RIHGB*, (2): 622-27, 1840; RIBEIRO, Duarte da Ponte. “Explicação das Estampas que Representam os Ossos Remetidos pelo Sr. Van Ervn” *In RIHGB*, (7): 518-24, 1846; SILVA, Ignácio Accioli Cerqueira. “Dissertação Histórica, Etnográfica e Política” *In RIHGB*, (12): 143-257, 1849; SILVA, Joaquim Norberto de Souza. “Memória Histórica e Documentada das Aldeias de Índios do Rio de Janeiro” *In RIHGB*, (17): 71-271, 1854; FIGUEIRAS, Caetano Alves de Souza. “Reflexões sobre as Primeiras Épocas da História do Brasil em Geral” *In RIHGB*, (19): 398-424, 1856; MAGALHÃES, J. G. “Os Indígenas do Brasil Perante a História” *In RIHGB*, (23): 3-66, 1860. Quanto às reuniões, ver: “4ª Sessão em 4 de fevereiro de 1839” *In RIHGB*, (1): 47, 1839; “9ª Sessão em 6 de abril de 1839” *In RIHGB*, (1): 111, 1839; “168ª Sessão em 10 de junho de 1847” *In RIHGB*, (9): 278, 1847; “7ª Sessão em 21 de agosto de 1857” *In RIHGB*, (20): 18, 1857.

produtos de uma aventura marítima, o resultado de uma imigração não planejada, de um acidente de percurso que teria trazido civilizações para o Brasil. Os índios seriam filhos de um naufrágio. Esta hipótese foi a mais trabalhada pelo IHGB. Para fundamentá-la, o IHGB não só financiou a procura de grandes monumentos, de grandes fundações autóctones, como no caso da já mencionada expedição do cônego Benigno. Tentaram também decifrar a arte rupestre enquanto fonemas de um alfabeto semítico<sup>49</sup>. Praticaram ainda uma arqueologia bibliográfica, se assim se pode dizê-lo. Ia-se aos textos clássicos. Argumentava-se que Homero e Virgílio indicaram a existência de um continente além da Eurásia. Que o **Ti-meu** de Platão também apontava-o, inclusive habitava-o com os atlantes - não seriam nossos índios sobreviventes do cataclismo que assolou este povo? O que se nota, portanto, é que esta Arqueologia praticada pelo IHGB procurou demonstrar a antigüidade do continente brasileiro e do homem que o habitava, bem como a presença, entre os índios, de uma civilização que degenerou.

O discurso desta Arqueologia, entretanto, estava na ordem do dizível e do pensável. Como exemplo mais eloqüente desta afirmação, pode-se citar a participação do IHGB no **Congresso Histórico e Arqueológico da Antuérpia**, em 1866 (tomo 29: 351). Muito provavelmente, o convite para este congresso resultou dos intercâmbios entre o Instituto e seus congêneres da Europa. O Imperador, na ocasião, encarregou um Delegado Imperial para representar o IHGB. O escolhido foi Miguel Maria Lisboa, que escreveu um relatório sobre Arqueologia brasileira. Este documento foi avaliado pela seção de Arqueologia (tomo 30: 439, 1867), que nada acrescentou ao trabalho, sob alegação de que nos arquivos do Instituto nada havia com relação a monumentos arqueológicos<sup>50</sup>.

Estas hipóteses mediterrânicas e bíblicas sobre o povoamento do Brasil, portanto, devem ser lidas no contexto em que vigiram. Resultaram de uma Arqueologia praticada por uma instituição que respondia a interesses específicos do projeto político Imperial. Situando-a no espaço desta intersecção, talvez se possa afirmar que sua função estratégica fundamental, pelo menos até 1870, foi a de auxiliar na viabilização de uma determinada ordem, prescrevendo um lugar social para as sociedades indígenas na justificativa genealógica que se procurava imprimir ao Estado Nacional, na tecelagem da identidade da Nação, nas cores de sua auto-

<sup>49</sup> Cf. “81ª Sessão em 20 de fevereiro de 1842” *In* **RIHGB**, (4): 104-06, 1842.

<sup>50</sup> Este relatório precisa ainda ser procurado nos arquivos do IHGB.

imagem<sup>51</sup>. Estabelecer para estas sociedades um antepassado “nobre” (fenício, hebreu ou europeu), significava a possibilidade de representá-las no quadro geral das Nações civilizadas. Numa sociedade que distribuía títulos de nobreza, os “bárbaros” que a integravam deveriam também ser “nobres”, ainda que sua “nobreza” estivesse situada num passado recuado, perdida entre as brumas da Pré-História.

Esta Arqueologia praticada pelo IHGB, neste sentido, prestou-se a outro uso político. Talvez se possa até mesmo adjetivá-la. Ela seria uma *Arqueologia Nobiliárquica*. Seu papel foi o de elaborar discursos históricos de origem onde as elites e as classes dominantes do país - os nobres - pudessem se reconhecer. O passado do indígena, ou a Pré-História do país, serviu como espelho da “cultura branca”, da sociedade de corte. Discursos que objetivavam mostrar que os antepassados eram de outra natureza que não a dos homens contemporâneos: estas ruínas de povos foram antes criadores, membros de uma civilização que estaria sendo reconstruída pela nobreza do Império, pelos representantes da cultura ilustrada do Brasil<sup>52</sup>.

Esta origem civilizacional entre os indígenas, entretanto, não foi localizada. Muito menos teve como suporte, tal qual nas Repúblicas latinas, uma cultura elaborada expressa por grandes monumentos. Por outra, o projeto da Arqueologia nobiliárquica de postular um lugar “nobre” para as sociedades indígenas na identidade da Nação, não se concretizou. Não foi possível fundar “empiricamente” este discurso. Ele só foi possível na ficção, através das metáforas e eufemismos do Romantismo. O espelho científico da “cultura branca”, destarte, espatifou-se. Contudo, os discursos desta Arqueologia não pertencem a uma pré-história da disciplina no país. Ao invés de revelar o percurso de sua racionalidade íntima rumo a uma objetividade ulterior e crescente, demarca o seu próprio contexto político e epistemológico. O exame de sua disposição em uma configuração específica talvez possa demonstrá-lo.

#### 4. Configuração e Problemas

A Arqueologia praticada pelo IHGB dirigiu-se a um objeto preciso: a Pré-História do Brasil e da América. Este objeto envolveu conceitos

---

<sup>51</sup> Ferreira desenvolve esta argumentação em outros artigos (1995 e 1996).

<sup>52</sup> Sobre a relação entre relatos de origem e o presente, ver LÉVI-STRAUSS, Claude. **O Pensamento Selvagem**. Campinas, Papirus, 1989; FOUCAULT, Michel. **O Nascimento da Clínica**. e NIETZSCHE, Friedrich W. “Da Utilidade e Desvantagem da História para a Vida.

e modelos interpretativos, bem como alguns problemas fundamentais: Qual a origem dos indígenas? Seriam eles autóctones ou teriam imigrado de outro continente? É possível avaliar o grau de civilização dos seus diversos povos? O tópico anterior apresenta algumas respostas a estes problemas. Deve-se agora discutí-los um pouco mais, enfocando os saberes com os quais a Arqueologia nobiliárquica se ordenou. Com isso, talvez se possa entender a configuração em que esteve disposta a disciplina.

A Arqueologia nobiliárquica teria se articulado fundamentalmente com a historiografia iluminista do IHGB<sup>53</sup> e sua Etnografia. Com elas, acionou o dispositivo da identidade nacional. Formulando relatos de origem, tentou fazer dos povos indígenas o corolário do processo histórico linear e continuísta que o IHGB projetava construir. Os critérios desta articulação possibilitaram a concepção de que os povos indígenas seriam ruínas de povos, resquícios de uma civilização, antepassados de povos detentores de uma cultura elaborada. Esta idéia é tributária de um maniqueísmo básico: sendo ruína de povos, os índios ou seriam bárbaros, ou herdeiros de uma civilização, ou ainda simultaneamente ambos. Dois extremos, dois lados de uma mesma moeda - Cila e Caribde -, estes conceitos (nitidamente iluministas) se complementavam. Podiam ser bárbaros no seu estado atual, mas também civilizados se se localizasse entre eles uma origem cultural desenvolvida. Se não localizada, seriam somente bárbaros. Estes conceitos indicavam, desse modo, os dois lugares sociais a serem ocupados pelos indígenas na hierarquia do Estado Imperial. Se os índios realmente fossem antepassados de povos mediterrânicos, talvez isto apontasse para um maior prestígio, um maior grau de civilização, uma maior aptidão moral para integrar o projeto nacional da Monarquia. Entretanto, como a Arqueologia não conseguiu encontrar traços de “nobreza” entre eles, reservou-se-lhes primordialmente o local social determinado pela política indigenista<sup>54</sup>. Foi no âmbito destes conceitos, ademais, que o debate sobre a viabilidade de representar ou não os indígenas na Nação se processou. Foram eles que serviram de critério para as

---

<sup>53</sup> Um dos argumentos centrais de Guimarães (GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. “Nação e Civilização nos Trópicos”) é que o Instituto vinculou-se a uma tradição iluminista, pelo menos até 1860. No mais, José Feliciano Fernandes Pinheiro, primeiro presidente do IHGB, vincula o Instituto à tradição das Academias literárias brasileiras do século XVIII. Cf. “O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro é o representante das idéias de ilustração, que em diferentes épocas se manifestaram em nosso continente” In **RIHGB**, (1): 77-86, 1839.

<sup>54</sup> Remeto o leitor novamente à nota 4.

asserções de Varnhagen, Gonçalves Dias, Martius, Joaquim Norberto de Souza, etc.

A procura de vestígios de civilização entre os indígenas obedeceu também à intermediação com os “*objetos arqueológicos*”. Estes eram solicitados aos sócios correspondentes das províncias (e não só por Freire Alemão), bem como enviados pelos congêneres da Europa e da América do Norte<sup>55</sup>. Tais objetos, ao que parece, tiveram duas funções até 1870. A primeira foi a de servir como “prova do estado de civilização, indústria e costumes dos indígenas” (tomo 7: 423, 1846). Por outra, provariam o atual grau de civilização destas sociedades. O olhar lançado aos vestígios também via fragmentos, cacos de um indício maior: quem sabe fossem restos de uma antiga civilização mediterrânica, quem sabe mesmo da Europa moderna. Talvez contivessem traços e feições dos ares temperados, porém já há muito cobertos pelas pátinas dos trópicos. Talvez calculassem o tempo de uma longa travessia marítima, talvez mostrassem o mapa de uma antiga rota, de uma origem determinada por uma imigração involuntária. Os objetos arqueológicos poderiam provar, assim, a origem migracionista dos indígenas. Bastaria então mostrar o outro lado da moeda: os índios são ruínas, mas também civilização. Ao que os objetos arqueológicos demonstrariam em cacos, os monumentos acrescentariam - se encontrados sob as matas dos sertões! -, em grandiosidade e eloqüência. Mas talvez os vestígios arqueológicos mostrassem uma outra origem. Quem sabe o testemunho da onipotência e onipresença de Deus. Quem sabe indicassem a presença de um Adão Americano instalado na mata Atlântica. Revelariam assim o Criacionismo, o Monogenismo. O índio, nesta acepção, seria um autóctone. Contudo, destinou-se-lhes ainda uma outra função, indissociável da primeira. Eles ajudariam na produção de uma memória. Integrariam as coleções do Museu do Instituto<sup>56</sup>. A Arqueologia misturou-se com a filatelia. Tal qual no palco europeu, aqui também os vestígios arqueológicos deveriam ser ilustrações para os textos históricos, um prolongamento retrospectivo da História escrita. A Arque-

---

<sup>55</sup> Cf. “108ª Sessão em 20 de julho de 1843” In **RIHGB**, (5): 382, 1843; “146ª Sessão em 18 de março de 1846” In **RIHGB**, (8): 153-55, 1846; “148ª Sessão em 30 de abril de 1846” In **RIHGB**, (8): 289, 1846.

<sup>56</sup> Gustavo Capanema propõe a criação de um Museu de História Natural e Etnografia, em Sessão do dia 8 de abril de 1853. **RIHGB**, (17): 573, 1854.

ologia serviria como ciência auxiliar da História: coletaria as fontes não escritas para a composição da escrita da História<sup>57</sup>.

Outra mediatização importante foi entre a Arqueologia e os *fósseis*. Ou entre a Arqueologia e a Paleontologia. O IHGB recebeu coleções de fósseis de naturalistas (tomo 5: 4-30, 1844) e de Institutos estrangeiros (tomo 8: 416-17, 1846). Estes fósseis serviram como critério de antigüidade tanto do território brasileiro, quanto do homem que o habitou. A lição fora aprendida com Lund. Suas pesquisas levaram-no a duas conclusões básicas: que o continente brasileiro seria o mais antigo do planeta (tomo 6: 338, 1844) e que o homem já o habitava no “tempo em que os primeiros raios da História não tinham apontado no horizonte do Velho Mundo” (tomo 6: 340, 1844). Descobrendo os fósseis de Lagoa Santa, Lund forneceu ao IHGB a oportunidade de figurar com destaque no quadro da Pré-História mundial - afinal, o Brasil possuía um paleoterritório povoado antes dos “tempos históricos!”. Deu-lhe também um estatuto universal e histórico, inscrevendo a identidade da Nação num passado distante. O Instituto poderia, uma vez atestada a sua antigüidade por um naturalista de renome, passar a falar da História do Brasil desde a Pré-História, lançando para trás o sentimento de nacionalidade, recuando ainda mais a genealogia da Nação. O modelo da Paleontologia de Lund, fortemente marcada pela História Natural de Cuvier, também encontra-se entre os membros do Instituto. Lendo com atenção os textos da Arqueologia nobiliárquica, pode-se perceber a presença deste modelo<sup>58</sup>. A teoria cataclísmica de Cuvier foi combinada com o Criacionismo. Serviu para explicar o desaparecimento do Adão Americano e da fauna que o rodeava. Explicou também o desaparecimento dos mediterrânicos entre os indígenas, daqueles que trouxeram, antes dos portugueses, a civilização para os trópicos. Os cataclismos puseram fim ao “difusionismo” transcontinental e transoceânico. Marcaram a decadência dos aborígenes, tornando-os ruínas de povos. Assim, enquanto os textos clássicos e os Institutos estrangeiros permitiram a formulação de hipóteses sobre o povoamento do Brasil, os fósseis e os objetos arqueológicos foram usados a fim de autenticá-las.

---

<sup>57</sup> Ver o já mencionado artigo de Rodrigo de Souza da Silva Pontes Ribeiro. “Quais os Meios de que se Deve Lançar Mão para se obter o maior Número de Documentos possível relativos à História e a Geografia do Brasil” *In RIHGB*. (3), pp. 149-57, 1841.

<sup>58</sup> Sobre a importância de Cuvier no IHGB, ver José Maria da Conceição Velloso. “Biografia: Cuvier” *In RIHGB*, (31): 18-35, 1868. Ver também a nota 41, especialmente (7): 518-24, 1846; (17): 71-271, 1854.

Ter-se-ia, com os elementos aqui apontados, a configuração em que a Arqueologia nobiliárquica inseriu-se. Ela articulou-se no espaço constituído pela historiografia iluminista, a Etnografia e a Paleontologia (a História Natural de Cuvier). Disposta nos interstícios destes saberes, neste espaço de interpositividades, a Arqueologia pôde organizar seus conceitos e modelos, inclinados sobretudo para responder às questões que se propôs. Esta configuração regulou a sua visão sobre os povos indígenas, ordenando igualmente os critérios destinados a postular-lhes o lugar na hierarquia da sociedade monárquica do Brasil.

## 5. Conclusão

A Arqueologia nobiliárquica foi justaposta a um campo de saber e de poder. Figurou numa instituição que, dentre as inúmeras montadas pela burocracia Imperial, sedimentou o Estado Nacional e o seu projeto centralizador por meio dos processos de concentração de poderes e funções. Seu papel estratégico fundamental foi o de responder ao que era então um problema para o Estado Imperial: as sociedades indígenas. Num momento em que as lavouras de agroexportação se expandiam para as áreas de fronteiras, em que estas próprias fronteiras mostravam a instabilidade de suas circunscrições geopolíticas, e mais do que isso, em que a abolição revelava-se em sua inadiabilidade, os indígenas precisavam ser integrados à civilização. Seja como os guardiães destas fronteiras em definição, seja como mão-de-obra alternativa para a grande propriedade. E a questão não era puramente econômico-geográfica. Para uma Nação que se pretendia a encarnação da civilização nos trópicos, era necessário enquadrar os “bárbaros” na imagem a ser veiculada para o conjunto mais amplo dos Estados europeus. A ser veiculada também para as próprias elites do país. O que, para a Monarquia, era deveras importante, tendo-se em vista a memória recente das lutas de 1842. As feridas continuavam semi-abertas, e o corpo da Monarquia precisava ser curado.

Os intelectuais do Instituto, portanto, lançando mão da rede de saberes que articulou Arqueologia-Etnografia-Historiografia-História Natural, poderiam avaliar quais grupos indígenas seriam ou não refratários à civilização. O que lhes permitiu prescrever um lugar social para estes povos na rígida hierarquia do Estado Imperial, na auto-imagem da Nação, na identidade nacional. Ao mesmo tempo, por meio da imbricação entre a Arqueologia e as expedições científicas, ou mais precisamente entre a Arqueologia e a Geografia, poderiam conhecer melhor o espaço e os seus habitantes primitivos, recortá-lo em seus contornos geopolíticos,

inscrevê-lo numa região, numa identidade sócio-cartográfica<sup>59</sup>. Poderiam, por fim, produzir um saber sobre o Brasil capaz de viabilizar uma determinada ordem almejada pelo projeto político Imperial.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AZEVEDO, Fernando. “A Antropologia e a Sociologia no Brasil” *In* AZEVEDO, Fernando (org.). **As Ciências no Brasil**. São Paulo, Melhoramentos, 1956.
- BACHELARD, Gaston. **A Psicanálise do Fogo**. São Paulo, Martins Fontes, 1994.
- BORDIEU, Pierre. “A Identidade e a Representação. Elementos para uma Reflexão Crítica sobre a Idéia de Região” *In* **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil (Col. “Memória e Sociedade”), 1998.
- BOSI, Alfredo. **História Concisa da Literatura Brasileira**. São Paulo, Cultrix, 1972.
- BLOCH, Raymond. **As Conquistas da Arqueologia**. 2 ed. Rio de Janeiro, FERNI, 1979.
- CANDIDO, Antonio. **Formação da Literatura Brasileira**. São Paulo, Martins Fontes, 1959.
- CARBONELL, Charles. **Historiografia**. Lisboa, Teorema, 1987.
- CERTEAU, Michel De. “A Operação Histórica” *In* NORA, Pierre & LE GOFF, Jacques (orgs.) **História: Novos Problemas**. 2 ed. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1971.
- COSTA, Angyone. **Introdução à Arqueologia Brasileira**. 4 ed. São Paulo/Brasília, Companhia Editora Nacional/INL, 1980.
- COSTA, João Cruz. **Contribuição à História das Idéias no Brasil**. 2 ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967.
- CUNHA, Manuela Carneiro. “Política Indigenista no Século XIX” *In* CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). **História dos Índios no Brasil**. São Paulo, Companhia das Letras, 1992.
- ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador: Uma História dos Costumes**. 2 ed. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1994.

---

<sup>59</sup> Para uma idéia de região enquanto instrumento conceitual que permite a “dominação simbólica” no “jogo das lutas” para a conservação ou transformação de identidades sociais, ver BORDIEU, Pierre. “A Identidade e a Representação. Elementos para uma Reflexão Crítica sobre a Idéia de Região” *In* **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil (Col. “Memória e Sociedade”), 1998.

- FERRAZ, J. de Sampaio. "A Meteorologia no Brasil" *In*: AZEVEDO, Fernando de (org.). **As Ciências no Brasil**. São Paulo: Melhoramentos, 1956.
- FERREIRA, Lúcio Menezes. "Idéias de Pré-História no Brasil Oitocentista" *In* **Debates Regionais: Identidade (s) Regional (is)**. João Pessoa, 1995.
- FERREIRA, Lúcio Menezes. "Genealogia da Nação: A Invenção da Pré-História no Brasil Oitocentista" *In* **Cadernos de História da UFS**. São Cristóvão, (2), 1996.
- FOUCAULT, Michel. **El Orden del Discurso**. Barcelona, Tusquets Editor (Col. "Cuadernos Marginales"), 1973.
- FOUCAULT, Michel. **História da Loucura**. São Paulo, Perspectiva, 1978.
- FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. 2 ed. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1986.
- FOUCAULT, Michel. **O Nascimento da Clínica**. 3 ed. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1987.
- FOUCAULT, Michel. **As Palavras e as Coisas**. 7 ed. São Paulo, Martins Fontes, 1995.
- FUNARI, Pedro Paulo A. "Brazilian Archaeology and World Archaeology: Some Remarks" *In* **World Archaeological Bulletin**, (3), 1989.
- FUNARI, Pedro Paulo A. "Archaeology in Brazil: Politics and Scholarship at a Crossroads" *In* **World Archaeological Bulletin**, (5), 1991.
- FUNARI, Pedro Paulo A. "Arqueologia Brasileira: Visão Geral e Reavaliação" *In* **Revista de História da Arte e Arqueologia**. Campinas: UNICAMP/IFCH, (1), 1994.
- FUNARI, Pedro Paulo A. "Mixed Features of Archaeological Theory in Brasil" *In* UCKO, Peter J (ed.). **Theory in Archaeology (A World Perspective)**. London, Routledge, 1995.
- FUNARI, Pedro Paulo A. "Western Influences in the Archaeological Thought in Brasil" *In* **World Archaeological Congress 4**, South Africa, 1999.
- GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. "Nação e Civilização nos Trópicos: o IHGB e o projeto de uma História Nacional" *In* **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, FGV, (1), 1998.
- KARASCH, Mary. 1992. "Catequese e Cativo: Política Indigenista em Goiás (1780-1889)" *In* CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). **História dos Índios no Brasil**. São Paulo, Companhia das Letras, 1992.
- KOYRÉ, A. **Estudos de História do Pensamento Científico**. Rio de Janeiro/Brasília, Forense Universitária/Editora da UNB. (Col. Campo Teórico), 1982.
- KÜHN, Thomas, **A Estrutura das Revoluções Científicas**. São Paulo, Perspectiva, 1975.

- LANGER, Johnni. “A Esfinge Atlante do Paraná: O Imaginário de um Mito Arqueológico” *In História: Questões e Debates*. Curitiba, vol. 25, (13), 1996.
- LANGER, Johnni. “Enigmas Arqueológicos e Civilizações Perdidas no Brasil Oitocentista” *In Anos 90*. Porto Alegre, (9), 1998.
- LEITE, Dante Moreira. **O Caráter Nacional Brasileiro**. 2 ed. São Paulo, Pioneira, 1969.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. **O Pensamento Selvagem**. Campinas, Papirus, 1989.
- MEGGERS, Betty. “Advances in Brazilian Archaeology (1935-85)” *In American Antiquity* (50), 1985.
- MOBERG, Carl Axel. **Introdução à Arqueologia**. Lisboa, Edições 70, 1968.
- PAIM, Antônio. **História das Idéias Filosóficas no Brasil**. São Paulo, Grijalbo, 1967.
- PERRONE-MOISÉS, Beatriz. “Índios Livres e Índios Escravos (séculos XVI a XVIII)” *In CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). História dos Índios no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1992.
- PROUS, André. “História da Pesquisa e da Bibliografia Arqueológica no Brasil” *In Arqueologia Brasileira*. Brasília, Editora da UNB, 1992.
- RODRIGUES, José Honório. “O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro” *In \_\_\_\_\_*. **A Pesquisa Histórica no Brasil**. 3 ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1978.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questões Raciais no Brasil, 1870-1930**. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As Barbas do Imperador: D. Pedro II, Um Monarca nos Trópicos**. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Literatura Brasileira**. São Paulo, Difel, 1982.
- SOUZA, Alfredo Mendonça de. “História da Arqueologia Brasileira” *In Instituto Anchietano de Pesquisas: Antropologia*. São Leopoldo, (46), 1991.
- WEHELING, Arno (org.). **Origens do IHGB: Idéias Filosóficas e Sociais e Estrutura de Poder no Segundo Reinado**. Rio de Janeiro, IHGB, 1989.

## RESUMO

**Vestígios de Civilização: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a Construção da Arqueologia Imperial (1838-1870)**

O objetivo deste artigo é o de discutir a articulação da Arqueologia Imperial em um campo de saber e de poder. A partir desta articulação, levanto algumas questões sobre as relações entre a prática arqueológica e o projeto político Imperial no contexto de sua estabilização.

**Palavras-Chave:** Arqueologia, Brasil Imperial, saber, poder.

ABSTRACT

**Footsteps of Civilisation: the Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro and the building of Imperial Archaeology**

The aim of this paper is to discuss the articulation of the Imperial Archaeology related to knowledge and power. From this articulation some matters are raised about the relationship between the archaeological practice and the Imperial political scheme in the context of their stabilization.

**Key Words:** Archaeology, Imperial Brazil, Knowledge and power.